



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Adriana Resende Monteiro

Ana Marusia Pinheiro Lima Meneguin

Cláudia Regina Fonseca Lemos

Lúcio Meireles Martins

O Poder Legislativo em busca de sintonia com a sociedade: as iniciativas de accountability  
informativa, e-participação e educação política

Brasília-DF

2015

**SUMÁRIO**

1. Identificação do projeto .....	3
2. Apresentação .....	4
3 Problema de pesquisa.....	7
4 Objetivos .....	8
5 Justificativa .....	9
7 Metodologia .....	17
8 Plano de trabalho e cronograma de execução.....	19
9 Bibliografia básica.....	24

## RESUMO

O projeto tem como foco analítico a relação entre o Poder Legislativo e as diversas instâncias sociais, considerando as interfaces e formas de mediação política. Essa perspectiva inclui estudos sobre comunicação política, educação para a democracia, interação e participação social, além da análise sobre os projetos institucionais das instituições legislativas voltados para fortalecer tais interfaces. O enquadramento teórico é focado na função de mediação política do parlamento, uma perspectiva presente em autores clássicos das Ciências Sociais, como Durkheim, Weber, Hannah Arendt e Habermas. O pressuposto básico é o de que os mecanismos institucionais de mediação política podem contribuir para fomentar uma cultura política democrática e favorecer as práticas de cidadania e de aprendizado político, a partir da inserção dos valores democráticos nos variados campos experienciais do mundo vivido.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo e sociedade. Comunicação política. Educação política. Participação política. Mediação política.

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 **Título:** Poder Legislativo e Sociedade: Interfaces institucionais e mediação política

1.2 **Linha de Pesquisa:** Política Institucional do Poder Legislativo

1.3 **Equipe de pesquisa:**

**Coordenadora:** Cláudia Regina Fonseca Lemos

**Pesquisadores:** Ana Marusia Pinheiro Lima Meneguin

Adriana Resende Monteiro

Lúcio Meireles Martins

1.5 **Período de Execução:** 01/05/2015 a 01/05/2018 (3 anos)

1.6 **Instituição do Proponente:** Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor-CD)

## 2. APRESENTAÇÃO

Na visão de vários autores reconhecidos da Teoria Política, o parlamento é considerado um órgão do Estado, especializado em mediação política. Segundo Durkheim (2002), a democracia é um regime de governo que exige formas de comunicação contínua entre representantes e representados. O parlamento assume o papel de mediar as relações entre Estado e sociedade civil, com uma dupla função: ouvir as demandas dos cidadãos e permitir que os cidadãos tenham o mais amplo conhecimento das razões das ações governamentais. Trata-se da perspectiva relacional da política, na visão de Hannah Arendt (1983; 2004), pautada pelas trocas de razões públicas que implicam visibilidade, audibilidade e discutibilidade das questões concernentes à res publica. O poder comunicativo, portanto, é indissociável do poder político, como explica Habermas (1997), a partir das considerações de Arendt. Segundo o pensamento habermasiano, o parlamento é uma “caixa de ressonância” da sociedade civil.

Para cumprir sua função de mediação política, segundo Weber (1999), uma das alternativas do parlamento é a seleção de líderes habilitados para o debate político. Afinal, as instituições legislativas são arenas públicas que promovem e acolhem discussões de várias ordens, que envolvem múltiplos atores e interesses. Assim, as interfaces entre parlamento e sociedade perpassam praticamente todas as atividades legislativas, tanto nas comissões, como no plenário e demais instâncias políticas. Tais interfaces vão além da esfera interna de uma casa legislativa, incluindo a relação entre os demais poderes, as relações interinstitucionais, além da atuação dos parlamentares em suas bases eleitorais, na intermediação de acordos com prefeitos, vereadores, deputados estaduais e governadores. Por essa razão é que Weber (1997) considera o parlamentar um *mediador burocrático*, mais do que um legislador propriamente dito.

A visibilidade tornou-se inerente à mediação política, uma vez que a ambiência política é cada vez mais condicionada pela mediatisação (Gomes, 2004; Sodré, 2002). Essa visão conduz ao conceito de *democracia de públicos* (*audience democracy*), como propõe Bernard Manin (1995; 2013). Um dos pressupostos do autor é o de que, com o avanço da mediatisação e suas interferências nos jogos de composição política, a

*democracia de audiência* enfraqueceu a hegemonia dos partidos, além de reduzir a importância do parlamento como órgão de mediação política e fórum de debates. Na *democracia de públicos*, os *media* passam a assumir cada vez mais esse papel de mediação. Em decorrência disso, os partidos, as instituições legislativas e os próprios parlamentares passaram a recorrer cada vez mais aos mecanismos mediáticos tanto para as campanhas eleitorais como para manter o vínculo eleitoral e prestar contas aos eleitores (*accountability*).

Castells (2000) identifica esse movimento como uma transição de uma esfera pública política até então ancorada nas instituições políticas para um novo modelo que se organiza em torno do poder simbólico dos sistemas e das redes articulados pelos *media*. Isso explica o caráter sistêmico da *comunicação pública de Estado*,<sup>1</sup> constituída em redes legislativas, ajustadas aos interesses políticos e às estratégias de construção da imagem pública por meio de técnicas informacionais (Weber, 2007).

Além dos *media* convencionais, Urbinati (2013) destaca o papel da internet nesse processo de mediatização da política e do próprio parlamento, tornando-se um “suporte sem precedentes para a democracia de audiência” (2013, p.10). A internet possibilita um novo tipo de copresença nas arenas políticas, por meio da atuação online dos atores. Ressalta-se nesse aspecto, a capacidade de agência do usuário de internet, com sua múltipla atuação como espectador, ator e operador (Ribeiro, 2000).

No regime de visibilidade da *democracia de público*, a política informacional torna-se cada vez mais imperativa. Afinal, a geração, o processamento e a transmissão de informações e imagens tornaram-se as fontes fundamentais de produtividade de poder (CASTELLS, 2003). Assim, a relação entre política e internet torna-se inevitável, com o uso quase generalizado de ferramentas digitais pelas instituições políticas (LESTON-BANDEIRA, 2012; WORLD E-PARLIAMENT REPORT, 2012).

Os estudos empíricos mostram que no uso dessas ferramentas predominam três funções, na seguinte ordem de relevância: *accountability*, *inquiry* e *connectivity* (KARLSSON, 2013). A primeira abrange todas as iniciativas que resultam em visibilidade e divulgação política. As duas últimas funções apontadas dizem respeito a

<sup>1</sup> A autora propõe o termo *comunicação pública de Estado* com o objetivo de diferenciá-la das demais formas de comunicação pública, sem interferência direta de instituições estatais.

um conjunto de estratégias para captar as percepções dos cidadãos, auscultar a opinião dos usuários dos websites e oferecer possibilidades de interação e participação nos debates que se desenrolam no interior das arenas legislativas.

A democracia, como processo de construção coletiva e obra inacabada, passa a contar com diversos atores intermediários - além dos partidos - como agentes de rearticulação do sistema político. Esse processo é complexo e, em alguns momentos, pode até mesmo apontar para redefinições da política tradicional, no movimento que Touraine (1996) caracteriza como o esvaziamento do espaço público por cima e o preenchimento por baixo, ou seja, pelos *inputs* da sociedade civil, segundo a lógica de *subpolítica*, nos termos de Ulrich Beck (1994), ou seja, o avanço de formas não convencionais de política e de engajamento, como os protestos, manifestações, boicotes, *hackativismo* e similares. Considerados até a década de 1980 como anomalias políticas contrárias à ordem social, tais movimentos passaram a funcionar como revitalizadores da mediação entre os cidadãos e as instituições políticas.

A crescente difusão de tecnologias de interação e de *softwares sociais* (MACHADO e TIJIBOY, 2005) potencializou os *inputs* da sociedade, levando tais instituições a aderirem ao uso de ferramentas digitais e de programas institucionais para ampliar as interfaces e aumentar as escalas e modalidades de mediação política. Nesse cenário político e informacional mediatizado é que devemos considerar as variadas formas de interface institucional entre o Poder Legislativo brasileiro e a sociedade, levando-se em conta suas dinâmicas de mediação política. Nesse novo ambiente institucional são incluídas as iniciativas do Legislativo para a divulgação institucional, a e-participação e a interação digital, a educação política e os projetos institucionais voltados para a simulação parlamentar com a participação de crianças e jovens, a exemplo do Câmara Mirim e Eleitor Mirim (projetos do Plenarinho), Parlamento Jovem, Politeia e Jovem Senador.

A criação e permanência desses projetos de comunicação e educação no âmbito institucional, marcadamente após a Constituinte de 1988, conduzem a uma questão relevante acerca do Poder Legislativo, qual seja, atualmente existiriam novas funções do Parlamento, além das funções tradicionais de representar, legislar e fiscalizar? Uma suposta crise dos parlamentos nas democracias modernas conduziria ao

desenvolvimento das novas atribuições de comunicar e de educar como resposta institucional ao enfraquecimento da relação entre o legislativo e a sociedade? (RIBEIRO, 2011). A análise de diferentes aspectos das ações de educação para a democracia do Parlamento brasileiro poderá conduzir a respostas acerca dessa questão.

### **3 PROBLEMA DE PESQUISA**

As interfaces entre o Poder Legislativo e a sociedade civil envolvem diferentes formas de mediação política e institucional. Todas elas contribuem para o fortalecimento da esfera pública, entendida como um espaço no qual as demandas e reivindicações são exteriorizadas. Nessa perspectiva, a visibilidade institucional, a transparência política, a educação política e a interação social contribuem para o fortalecimento dessa esfera pública e, por extensão, da democracia. Assim, cumpre analisar como essas interfaces são articuladas institucionalmente de modo a promover *accountability* informativa e oferecer alternativas de participação cidadã e de acompanhamento do processo político e meios de compreensão e aprendizado dos valores democráticos.

Diante desses argumentos preliminares, é oportuno destacar o foco específico da problematização da pesquisa, sintetizado em dois conjuntos de questões, de forma inter-relacionada, com certa autonomia quanto à execução. O primeiro grupo de questões diz respeito à configuração da política institucional do Poder Legislativo para promover a *accountability* informativa. Tais questões podem ser assim enunciadas: (a) como se caracterizam os principais mecanismos de comunicação e divulgação institucional do Poder Legislativo do ponto de vista de *accountability* informativa? (b) como essas ferramentas possibilitam conhecimento sobre o público de informações legislativas (*inquiry*)? (c) em que medida as funções de *accountability* informativa e de *inquiry* possibilitam maior contato e proximidade (*connectivity*) com os cidadãos que utilizam os serviços de informação do Poder Legislativo? (d) de que forma os projetos analisados se relacionam com as atribuições do Poder Legislativo num contexto democrático?

O segundo grupo de questionamentos tem como foco o relacionamento estratégico da instituição com alguns públicos preferenciais, como visitantes, comunidade escolar, crianças e jovens. Trata-se dos segmentos contemplados por alguns dos programas institucionais, como a Visitação Cívica, Plenarinho, Câmara Mirim, Eleitor Mirim, Missão Pedagógica no Parlamento, Parlamento Jovem e Politeia. Esses programas são guiados pela visão estratégica de que a comunicação institucional pública pode contribuir para o incremento da participação social e do engajamento cívico, nos termos propostos por Pipa Norris (2000). Segundo esta autora, o engajamento político envolve informação, participação política e confiança nas instituições.

Nesse grupo de questões, estão aquelas relacionadas com a identificação do público específico de cada programa institucional. As principais questões desse eixo são as seguintes: (a) como a relação continuada com esses públicos oferece subsídios para fortalecer as funções de *accountability* informativa? (b) de que modo as informações recebidas desses públicos podem contribuir para redefinir estratégias de relacionamento e de contato (*inquiry* e *connectivity*)? (c) como esses *inputs* podem resultar em co-domínio de problemáticas políticas e coprodução de saberes legislativos? (d) os servidores que atuam nos projetos informacionais e educativos, seus públicos atendidos e os parlamentares reconhecem nessas ações o cumprimento de uma função democrática do Legislativo?

## 4 OBJETIVOS

### 4.1 Objetivos gerais

Investigar as iniciativas institucionais voltadas para estimular estratégias e interfaces de relacionamento e interação com sociedade civil, no âmbito do Poder Legislativo brasileiro.

Analisar como a articulação entre estratégias de informação segmentada e relacionamento institucional estimulam o engajamento político e a participação democrática.

Examinar se as políticas institucionais de comunicação e educação se relacionam diretamente às atribuições do Poder Legislativo num contexto democrático.

#### **4.2 Objetivos específicos**

- Estudar os principais mecanismos institucionais da Câmara dos Deputados que são direcionados para promover *accountability* informativa;
- Avaliar como os programas institucionais estimulam interfaces políticas e institucionais com segmentos específicos da sociedade civil;
- Estudar resultados e impactos desses programas institucionais de relacionamento em termos de confiança política, engajamento, educação política, interação e participação;
- Mapear as lógicas de *accountability* informativa, *inquiry* e *conectividade* aplicadas aos diversos segmentos;
- Identificar qual é a opinião dos principais públicos envolvidos nos projetos informacionais acerca da relação entre essas ações e as atribuições do Legislativo numa democracia.

### **5 JUSTIFICATIVAS**

A principal justificativa para o projeto de pesquisa em exame tem como base o argumento de que a política passou a ser um fenômeno de penetração difusa nas diversas esferas da sociedade, ou seja, consegue atingir o cidadão mesmo fora do âmbito político no sentido estrito, mediante a inserção ampliada dos temas políticos nas relações sociais.

Como os vários objetos de análise referem-se às interfaces entre o Poder Legislativo e a sociedade civil, justifica-se uma breve abordagem sobre a noção de sociedade civil, conceito que ocupa um lugar privilegiado na teoria política moderna,

com diversas vertentes, o que envolve uma extrema complexidade e polissemia para a apresentação de conceitos e definições unívocos.<sup>2</sup>

De forma resumida, o percurso teórico pode ser identificado a partir da Filosofia Política, principalmente com as formulações de pensadores como Hobbes, Hegel, Rousseau e Gramsci, entre outros.<sup>3</sup> No campo da história das ideias políticas e filosóficas é que emergiu o conceito de sociedade civil como organização separada do Estado e do mercado, o que seria reconhecido pela teoria política contemporânea como um novo estágio na evolução da organização do Estado, na governabilidade política e no processo civilizatório (Bobbio, 1987). Nessa acepção, um dos conceitos de sociedade civil relativamente consensual é resumido por Keane (1998) como uma espécie de esfera pública não estatal, cuja atuação deve equilibrar-se com instituições estatais. Essas organizações fora do Estado ganham força pela exaustão da visão do Estado territorial como “portador de um projeto ético, apoiado na reconfiguração e na reordenação da identidade dos seus habitantes” (p. 46).

É nesta concepção política, com ênfase para as articulações discursivas de poder, que Habermas considera a sociedade civil o núcleo politicamente organizado da esfera pública, ou seja, o conjunto de movimentos, organizações e associações que captam as demandas e reivindicações e transformam em discurso racionalmente articulado para apresentação e discussão nos fóruns e arenas da esfera pública política. Trata-se de uma esfera pública organizada a partir da sociedade civil, “capaz de influenciar a formação da opinião e da vontade política do complexo parlamentar”, perspectiva analítica que constitui a “tradução sociológica do conceito de política deliberativa” (Souza, 2000a, p.92). Essa visão pressupõe uma sociedade democrática e pluralista, com liberdade de imprensa e direito de livre associação, pensamento e expressão, pontos comuns a várias teorias importantes e tradicionais de democracia como a poliarquia, de Robert Dahl (1989).

---

<sup>2</sup> Não é nosso objetivo do projeto mapear e discutir a ampla variedade de conceitos de sociedade civil, mas apenas situar o debate para contextualizar minimamente a proposta de pesquisa. Para discussões conceituais, consultar: Avritzer, 1994; Arato e Cohen, 1994; Lavalle, 2006; Ramos, 2005; Kritsch, 2010.

<sup>3</sup> Para um detalhamento sobre a história das ideias políticas sobre o conceito de sociedade civil, consultar Arato e Cohen, 1994; Bobbio, 1987; Lavalle, 2006; Ramos, 2005.

Como se pode observar, existe correlação entre os conceitos de sociedade civil e de esfera pública. Habermas é o autor mais conhecido quando se trata do estudo da esfera pública. Como convededor da obra de Hannah Arendt, ele aprofunda a visão de esfera pública como algo que surge diretamente relacionado à configuração do direito burguês, com destaque para a liberdade de expressão e de pensamento, algo possível devido ao surgimento das cidades, que se consolidaram como espaço de livre circulação de mercadorias e de ideias. Afinal, como descreve Habermas em *Mudança estrutural da esfera pública* (1984), a informação seguia a trilha das mercadorias.

É oportuno ressaltar que também existem deficiências do lado dos atores da sociedade civil. Afinal, as organizações sociais, ou a sociedade civil organizada, também privilegiam interesses particulares de alguns sobre o interesse geral ou republicano (Gomes, 2011). Essa ideia aponta para outras fragilidades da noção de sociedade e de esfera pública, no que se refere especificamente à participação social e política, a começar pela própria dicotomia entre Estado e sociedade civil; esfera pública e esfera privada.

## 6 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS BÁSICOS

As interfaces entre Poder Legislativo e sociedade envolvem cada vez mais estratégias e ferramentas midiáticas, as quais foram ampliadas com o uso da internet, sua lógica de *selfcasting*, as redes digitais e os softwares sociais. A convergência digital permitiu a integração das diversas plataformas midiáticas, ampliando as possibilidades de circulação de informações e de opiniões, reconfigurando os fluxos e inputs de comunicação política, de participação e das próprias iniciativas de educação política.

A conexão entre política e internet, portanto, é cada vez mais visível devido ao crescente uso dessa ferramenta pelos atores políticos e pelos cidadãos na vida cotidiana. As instituições políticas buscam cada vez mais visibilidade e legitimidade perante a opinião pública. Afinal, a visibilidade é da natureza da política (THOMPSON, 1995). Por essa razão, o campo político sempre apresentou interfaces com o campo midiático. No caso da internet, o principal diferencial está na dispensa do uso de intermediários e de filtros de veículos tradicionais como o rádio, o jornal e a TV.

Na esfera política parlamentar, marcada pelo debate, formulação e aprovação de políticas públicas, os efeitos da internet são crescentes. Cumprindo um papel mediador entre sociedade e Estado, conforme Weber (1999), o parlamento assume ainda as funções de fiscalização do Executivo e de representação dos interesses da população, que atenderiam, entre outras coisas, à lógica de conexão eleitoral dos parlamentares, ou seja, a reeleição. E para que tal conexão tenha maior potencial de sucesso, há que se garantir fatores como visibilidade do mandato e do próprio parlamento, além de credibilidade e confiança do eleitorado nos representantes e na própria instituição parlamentar, que depende de estabilidade política para seu pleno funcionamento. Nesse contexto, cresce o investimento nas estratégias de comunicação e interação com a sociedade por parte de órgãos governamentais e, especificamente, legislativos nos últimos anos.

Para Leston-Bandeira (2012), o desenvolvimento dessa relação por meio das mídias digitais é uma tentativa de reação ao descrédito e à apatia política das atuais sociedades, preocupantes não só pela sua importância para as eleições, do ponto de vista parlamentar, mas ainda mais para a democracia. As mudanças trazidas pela internet afetam principalmente o relacionamento das instituições políticas com a sociedade. A tendência é que os parlamentos utilizem a internet como forma de suprir lacunas de transparência e *accountability* e de, com isso, buscar legitimidade perante a opinião pública.

Os avanços tecnológicos são fundamentais para a consolidação dos regimes democráticos na América Latina, em especial para aprimorar a qualidade da democracia e estimular a participação política dos cidadãos (MOLINA, 2007; SILVA et al, 2009), promovendo, assim, uma “cidadania adulta abrangente” (MAINWARING; BRINKS; PÉREZ-LIÑÁN, 2001). Para tanto, é necessário considerar a democracia em termos multidimensionais, abrangendo cinco aspectos inter-relacionados: liberdade para decisão eleitoral, participação social, resposta à vontade popular, responsabilidade e soberania (MOLINA, 2007).

Nesse contexto, a internet constitui atualmente um importante mecanismo de conexão das instituições parlamentares com a sociedade (COLEMAN, 2004) e propicia relevantes instrumentos efetivos para os projetos de parlamentos abertos (FARIA,

2012). Aliás, a transparência é considerada um dos requisitos inerentes às instituições parlamentares, além da probidade, da representatividade, acessibilidade, responsabilidade e eficácia política (SÁEZ e MONTERO, 2013). Ou seja, considerando os requisitos listados acima, no que se refere a aspectos fora da estrutura institucional interna da política, a internet se constitui em arena de potencial democrático ao propiciar não só a veiculação de grande volume de informações, com interpretações e participações dos mais variados grupos, tanto em período eleitoral como no acompanhamento da cena política, mas também um lócus de concentração das mais diversas fontes alternativas de informação. Também favorece a associação coletiva, ampliando as chances de fortalecimento de capital social, tarefa que, segundo Baquero e González (2010), não é nada simples na América Latina: “(...) não se comprehende como países com tantas possibilidades, tenham simultaneamente, tanta pobreza e estejam polarizados, minando as possibilidades de aproveitar o potencial de capital social” (p.281).

Ainda nos termos multidimensionais do conceito de democracia aqui adotado, estudo de Silva et al. (2009) aponta três dimensões em que efetivamente os sites parlamentares podem contribuir para o avanço da democracia e da representação política: publicidade, *accountability* e participação. “Falar em publicidade, *accountability* e participação significa pensar em três elementos fundamentais para a dinâmica das democracias hoje” (SILVA et al., 2009, p.4). Se a publicidade é inerente ao poder, tornar públicos os atos dos representantes políticos é indispensável para a democracia e o exercício da representação política. Assim, uma função dos sites das instituições parlamentares seria disponibilizar o máximo de informações aos cidadãos. Cabe às instituições legislativas e parlamentares, portanto, desenvolverem estratégias para a construção de interfaces digitais dessas instituições com os cidadãos, por meio de seus portais na internet.

A participação, nessa perspectiva, é entendida como retroalimentação da representação, em um processo de negociação contínua ou *representação circular* (URBINATI, 2005). Trata-se de um modo de incluir os eleitores na produção das decisões políticas. No caso dos parlamentos, isso implica abertura para a influência do cidadão sobre os agentes da representação, preferencialmente por meio da participação direta do cidadão no processo de decisão política. Quando não é possível a participação

direta, deve haver pelo menos uma atenção dos parlamentares ao debate desencadeado na esfera civil. Deste modo, a participação implica “propensão, abertura à influência pública e ao mesmo tempo significa falar também em propensão, abertura à participação pública”, (SILVA et al., 2009, p.7). Isso significa considerar novos fluxos de inputs políticos e novos mecanismos de interação e de governança (FRICK, 2004).

Em suma,

La incorporación de las nuevas tecnologías en la actividad parlamentaria adquiere características propias con importantes beneficios a los regímenes democráticos. En primer lugar, desde la perspectiva de la gestión institucional, la incorporación de tecnología en los Parlamentos tiene el potencial de agilizar los flujos de información en el proceso de toma de decisiones. Frente al creciente número de demandas, la complejidad y diversidad de los asuntos a considerar y la excesiva documentación, las nuevas tecnologías permiten crear sistemas internos de gestión que manejen la información de manera ágil, consistente e integrada. Potencian así el acercamiento de los parlamentarios a las demandas de los ciudadanos ya que, al hacer más eficiente su trabajo, favorecen su movilización hacia una actitud proactiva en la toma de decisiones (FRICK, 2004, p.7).

Apesar do cenário positivo, do ponto de vista do potencial de usabilidade da internet pelas instituições parlamentares, os estudos empíricos já realizados mostram um descompasso entre as possibilidades e o uso efetivo da internet pelas instituições parlamentares. Stanley e Weare (2004), por exemplo, citam vários estudos que mostram que o uso predominante das TICs na primeira década do século XXI foi feito por indivíduos e organizações que já participavam do processo político antes da internet. Isto é, a tão propalada diversidade de vozes não se confirmou nos veículos digitais, assim como é uma realidade ainda distante da mídia convencional, pelo menos na América Latina. Entretanto, como afiança a própria pesquisa de Stanley e Weare, a internet pode, em certos contextos, expandir o alcance de vozes no processo e mobilizar alguns indivíduos inativos politicamente a participarem (2004, p.505).

Gomes também enfatiza as críticas apresentadas por muitos estudos ao uso que ainda é feito da internet. Desqualificação da informação política, com falta de seleção, relevância efetiva e confiabilidade é um ponto importante para aquilo que circula na rede, muitas vezes anonimamente (2005, p.70). Além disso, na maior parte das vezes, o Estado é o principal difusor de informações, que carecem, assim, de um viés crítico. A

desigualdade de acesso e a questão da inclusão digital são pontos essenciais na discussão corrente no Brasil, mas não restritos aos países em desenvolvimento. O foco aqui é a desconfiança de que a rede não seja capaz de aumentar a isonomia política entre os atores, tanto em relação às oportunidades de ingresso no debate como em relação às competências técnicas e educacionais necessárias para isso (GOMES, 2005, p.71-72).

Hindman (2009) também coloca limites claros do que considera política online: os níveis baixos de tráfego de material político pela net; baixa estrutura de visibilidade (facilidade de visibilidade de informação) nos sites políticos; estratégias limitadas de busca de conteúdo pelo próprio cidadão, que busca mais o que lhe é familiar; alto custo de profissionalização de investimento em redes virtuais, que seriam essenciais para facilitar o acesso e entendimento do material (p. 133).

É preciso lembrar, ainda, que o debate sobre democracia digital, transparência política dos parlamentos, *accountability* e temas afins está diretamente relacionado com a questão da confiança do cidadão nas instituições. A discussão está conectada à ideia de que a confiança da população nas instituições de seus países ou comunidades é um aspecto essencial para a legitimidade do regime político e, portanto, para a estabilidade do sistema social. De maneira geral, podemos dizer que quanto mais confiança nas instituições, maiores as chances de desenvolvimento de um regime democrático satisfatório para a população (DAHL, 1989; NORRIS, 1999; LIJPHART, 2001; TILLY, 2008). No sistema representativo, com parlamentos, isso se adquire ainda mais importância.

Por outro lado, já se tornou comum o diagnóstico de vários autores (PORTO, 1996; BOSCHI, 2004; STOKER, 2006; DALTON, 2007; MOISÉS, 2009) sobre a crise de descrédito por que passam as instituições políticas contemporâneas. Pesquisas recentes revelam que o nível de confiança da população nas instituições políticas nunca foi tão baixo, especialmente em relação às Casas Legislativas (LESTON-BANDEIRA, 2012). Essa desconfiança nos políticos, o ceticismo em relação a instituições democráticas e a desilusão com o processo democrático chegam a ser apontadas por Dalton (2007) e Stoker (2006) como o grande desafio das democracias contemporâneas, já que é comum a todas as democracias industriais avançadas. A desconfiança é

apontada em vários estudos da ciência política<sup>4</sup> como efeito da percepção da corrupção e ênfase dos media em informações sobre condutas inadequadas de parlamentares e figuras da vida pública (POWER; JAMINSON, 2005). O desenvolvimento de uma cidadania cada vez mais crítica e vigilante também é apontado como um dos fatores do aumento da desconfiança (RIBEIRO, 2011).

Por sua vez, as jovens democracias latino-americanas padecem da “síndrome de desconfiança generalizada” (COLEN, 2010; LOPES, 2004; RIBEIRO, 2011). Mas seriam as causas da desconfiança política na América Latina as mesmas identificadas nas democracias avançadas? Segundo Ribeiro (2011), as razões são distintas e as explicações devem ser buscadas no contexto cultural e histórico. Enquanto nas democracias consolidadas a desconfiança é fruto do elevado nível de escolarização e informação dos cidadãos críticos, nas jovens democracias latinas, a explicação estaria na desilusão dos cidadãos com o funcionamento concreto das instituições políticas, principalmente os parlamentos. Em um ambiente social marcado por extremas desigualdades, a percepção dos cidadãos de que os sistemas político e econômico “beneficiam diferentemente os indivíduos pode levar a uma sensação de que as instituições não são confiáveis” (COLEN, 2010, p.5). Essa “síndrome cultural latino-americana” teria se enraizado no modo de vida dos cidadãos dessas jovens democracias, estruturando, assim, “uma convivência marcada entre as pessoas e, por decorrência, pela desconfiança em relação às instituições do Estado” (COLEN, 2010, p.4).

Diante do cenário marcado pela habitual falta de confiança dos cidadãos no Estado, nas instituições políticas e nos próprios políticos, especialmente no caso do Legislativo, é como se transparência fosse oferecida como um antídoto à desconfiança. Por outro lado, é como se houvesse um novo tipo de capital político: o capital da visibilidade (que parece suplantar o capital simbólico do segredo<sup>5</sup>). O fato é que a

<sup>4</sup> Para um panorama desses estudos, ver Power e Jaminson, 2005; Colen, 2010; Lopes, 2004; Ribeiro, 2011, entre outros.

<sup>5</sup> No passado, por exemplo, os problemas de saúde dos líderes políticos e autoridades eram cuidadosamente resguardados do conhecimento público, uma vez que a divulgação de doença grave poderia comprometer a aura do poder e tornar o governante ou a autoridade igual aos demais humanos. Atualmente, tem sido comum a valorização da divulgação dos problemas de saúde como os recentes casos de câncer de que foram vítimas Dilma Rousseff, Lula, Chávez e Cristina Kirchner. Em nome da transparência e da verdade, mas também da visibilidade política e da interação simbólica com os eleitores, uma vez que esse tipo de informação tem influência também na conquista da empatia com o público, fortalecendo o carisma de tais figuras públicas.

visibilidade tornou-se imperiosa no campo político e a interação também, a ponto de tal situação levar o filósofo e midiólogo francês Régis Debray (1994) a cunhar o termo “sociedade do contato” para definir este comportamento social e político das instituições, do Estado, dos partidos e dos cidadãos motivados pela interação instantânea e pelo contato mediado por diferentes e numerosos mecanismos de publicidade e visibilidade organizados em redes.

Na prática, no caso do Poder Legislativo, tal tendência se reflete na “política do contato”, que resulta em formas de interatividade e participação sem consequências e efeitos práticos em termos de *accountability*, como argumenta Miguel (2005). Para este autor, a *accountability* só faria sentido se permitisse a participação efetiva do eleitor, inclusive com a possibilidade de impor sanções aos representantes eleitos quando estes se comportam em dissonância com suas bases eleitorais. O contraponto argumentativo é que as instituições legislativas utilizam ferramentas de interatividade, mas de modo inócuo, pois a participação nem chega aos representantes, na maioria das vezes.

Apesar desse cenário, existe um esforço institucional permanente para justificar a divulgação das atividades parlamentares, com o intuito de promover a transparência e estimular a participação, a interação social e a formação política.

## 7 METODOLOGIA

### 7.1 Escopo da pesquisa

O escopo da pesquisa compreende os mecanismos de divulgação institucional, voltados para a promoção de *accountability* informativa, além dos programas relacionamento com segmentos específicos da sociedade brasileira. Isso inclui os veículos formais de comunicação (TV, Rádio, Jornal e Agência de Notícias), além dos demais instrumentos de comunicação institucional, como o Programa de Visitação, o Disque Câmara (0800), o Fale-Conosco, o Plenarinho, o Parlamento Jovem, o Politeia e programas congêneres. De cada uma dessas instâncias serão eleitos programas/atividades que sejam representativos do foco da pesquisa.

## 7.2 Procedimentos

A execução do projeto se dará em várias etapas, conforme descritas a seguir:

- **pesquisa bibliográfica** – análise da bibliografia sobre os temas atinentes ao foco de cada pesquisa específica;
- **análise documental** – compilação e exame dos documentos institucionais referentes a cada veículo, programa institucional ou iniciativa em estudo;
- **uso de dados primários** – compilação e sistematização de dados gerados pelos sistemas eletrônicos que gerenciam e sistematizam os dados institucionais;
- **aplicação de questionários** – uso de questionários para avaliação ou teste de hipóteses com participantes de programas institucionais;
- **entrevistas** – entrevistas em profundidade com gestores dos veículos e programas institucionais, quando necessário;
- **análise de conteúdo** – aplicada a situações específicas, no estudo de respostas abertas a questionários aplicados, por exemplo;
- **análise de discurso** - aplicada a situações específicas, seja para o estudo de discursos institucionais, seja de avaliação dos cidadãos.

## 8 PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

### 8.1 Plano Coletivo

ATIVIDADES	PERÍODO
Revisão da literatura pertinente ao objeto de estudo	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Discussão teórica sobre a bibliografia selecionada	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Compilação de dados primários	Julho a dezembro de 2015
Pesquisa documental	Julho a dezembro de 2015
Análise de conteúdo	Janeiro a julho 2015
Entrevistas	Agosto a dezembro de 2015
Questionários	Janeiro a julho de 2016
Definição de critérios e parâmetros para a análise de discurso	Janeiro a julho de 2016
Estudos descritivos e analíticos	Agosto de 2016 a dezembro de 2017
Recomendações, sugestões e proposições	Janeiro a abril de 2018
Divulgação dos resultados obtidos – artigos e participação em congressos	As comunicações para congressos e textos para periódicos serão produzidos e apresentados ao longo de todo o período da pesquisa.
Relatório Final	Janeiro a abril de 2018

## 8.2 Planos de trabalho individuais de cada integrante do GPE

### Plano de Trabalho Individual – Cláudia Regina Fonseca Lemos

ATIVIDADES	PERÍODO
Coordenação da revisão da literatura pertinente ao objeto de estudo	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Coordenação das reuniões para discussão teórica sobre a bibliografia selecionada	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Coordenação das atividades relacionadas à pesquisa documental	Julho a dezembro de 2015
Coordenação da coleta e sistematização dos dados primários	Julho a dezembro de 2015
Definição dos parâmetros para a análise de conteúdo	Janeiro a julho 2015
Coordenação das tarefas relativas às entrevistas	Agosto a dezembro de 2015
Definição dos critérios analíticos para a análise de discurso	Janeiro a junho de 2016
Coordenação das equipes para a realização dos estudos descritivos e analíticos	Agosto de 2016 a dezembro de 2017
Supervisão das recomendações, sugestões e proposições	Janeiro a abril de 2018
Supervisão da divulgação dos resultados obtidos – artigos e participação em congressos	As comunicações para congressos e textos para periódicos serão produzidos e apresentados ao longo de todo o período da pesquisa.
Supervisão do Relatório Final	Janeiro a abril de 2018

**Plano de Trabalho Individual – Adriana Resende Monteiro**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>PERÍODO</b>
Revisão bibliográfica sobre participação e democracia deliberativa	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Apresentação de relatórios ao grupo sobre a revisão bibliográfica	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Pesquisa documental sobre a formalização e institucionalização da cobertura sobre as audiências públicas na Câmara de 2000 a 2014	Maio a dezembro de 2015
Entrevistas	Maio e junho de 2015
Colaboração nos estudos descritivos e analíticos	Agosto de 2016 a dezembro de 2017
Colaboração nas recomendações, sugestões e proposições	Janeiro a abril de 2018
Colaboração Divulgação dos resultados obtidos – artigos e participação em congressos nas áreas de Ciência Política e Comunicação e Política	As comunicações para congressos e textos para periódicos serão produzidos e apresentados ao longo de todo o período da pesquisa.
Colaboração na redação e revisão do Relatório Final	Janeiro a abril de 2018

**Plano de Trabalho Individual - Ana Marusia Pinheiro Lima Meneguin**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>PERÍODO</b>
Revisão da literatura sobre educação para a democracia, participação política infantil, letramento político e evolução dos direitos da infância no Brasil	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Discussão teórica sobre a bibliografia selecionada	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Compilação de dados primários – parlamentos mirins no Brasil	Julho a dezembro de 2015
Pesquisa documental - parlamentos mirins no Brasil	Julho a dezembro de 2015
Análise de conteúdo dos projetos de lei dos parlamentares mirins no Brasil, em perspectiva comparada com o Plenário – Câmara dos Deputados	Janeiro a julho 2015
Entrevistas e questionários com pessoas chave dos parlamentos mirins no Brasil	Agosto de 2015 a julho de 2016
Definição de critérios e parâmetros para a análise de discurso	Janeiro a julho de 2016
Estudos descritivos e analíticos	Agosto de 2016 a dezembro de 2017
Recomendações, sugestões e proposições	Janeiro a abril de 2018
Divulgação dos resultados obtidos – artigos e participação em congressos de Ciência Política, Comunicação e Educação	As comunicações para congressos e textos para periódicos serão produzidos e apresentados ao longo de todo o período da pesquisa.
Colaboração no Relatório Final	Janeiro a abril de 2018

**Plano de Trabalho Individual - Lúcio Meireles Martins**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>PERÍODO</b>
Revisão da literatura na área de educação política e Legislativo	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Participação nas reuniões para discussão teórica sobre a bibliografia selecionada	Maio de 2015 a dezembro de 2017
Análise de conteúdo dos dados sobre o Parlamento Jovem	Julho a dezembro de 2015
Entrevistas com os gestores do Parlamento Jovem	Maio a setembro de 2015
Observação Participante das práticas formativas e de vivência do Parlamento Jovem	Setembro de 2015
Estudo descritivo e analítico sobre os dados coletados	Janeiro a junho de 2016
Colaboração nas recomendações, sugestões e proposições	Agosto de 2016 a dezembro de 2017
Colaboração na divulgação dos resultados obtidos – artigos e participação em congressos nas áreas de educação política	As comunicações para congressos e textos para periódicos serão produzidos e apresentados ao longo de todo o período da pesquisa
Colaboração no Relatório Final	Janeiro a abril de 2018

## 9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARATO, A. & COHEN, J. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (ed.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994.

ARENDT, H. [1958] 2001. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

\_\_\_\_\_. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol.50, n.3, 2007, p.443-464.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 83-108, Nov. 2003.

BAQUERO, M.; GONZÁLEZ, R. S.. Obstáculos à construção de uma “nova” sociedade na América Latina – Qual é utilidade do conceito de capital social nesse processo? *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 253-287.

BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BECK, U. ; GIDDENS, A. ; LASH, S. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: EdUnesp, 1994.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 6<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*. Para uma teoria geral da política. 12<sup>a</sup>ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. Tradução de Marco Aurélio Nogueira.

BOSCHI, R. Instituições políticas, reformas estruturais e cidadania: dilemas da democracia no Brasil. In: Seminário Internacional Sobre Democracia na América Latina, 2004, Santiago. *Anais...* Chile, 2004.

BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1990.

BRAGA, U. de S. A mídia, a política e o Brasil. *Achegas.net – Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, n. 6, abr/2003. Disponível em: <<http://www.achegas.net/numero/seis/bira.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de criação do portal infantil da Câmara dos Deputados. Resultado do grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 7 de 2003. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003

CASTELLS, M. *A galáxia da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COLEMAN, S. Connecting parliament to the public via the internet: two case studies of online consultations. *Information, Communication and Society*, 2004.

COLEN, M. C. L. As covariantes da confiança política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v.16, n.1, 2010, p.1-27.

CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da Democracia*. Uma introdução crítica. Porto Alegre/RS: Artmed, 2009.

DAHL, R. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

DALTON, R. J. *Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies*. USA: Oxford University Press, 2007.

DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRICK, M. M. *Parlamentos en la era digital*: explorando América Latina. Junho de 2004. Disponível em:

[http://www.edemocracycentre.ch/files/parlamentos\\_en\\_la-era\\_digital.pdf](http://www.edemocracycentre.ch/files/parlamentos_en_la-era_digital.pdf). Consultado em 6 de abril de 2014.

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre/RS: Sulina, 2011.

GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista Famecos*, n.27, Agosto 2005. P.58-78.

\_\_\_\_\_, W. 2011. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre/RS: Sulina.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b.

\_\_\_\_\_. O conceito de Poder em Hannah Arendt. In: FREITAG, B.; ROUANET, S. P. (Org.). *Habermas (Sociologia)*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

\_\_\_\_\_. *Teoria de la acción comunicativa: Complementos y estudios previos*. Madri: Catedra, 1994.

HINDMAN, M. *The Myth of Digital Democracy*. Princeton/ New Jersey: Princeton University Press, 2009.

INGLEHART, R. 1999. Postmodernization Erodes Respect for Authority, but Increases Support for Democracy. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford: Oxford University.

INTER-PARLIAMENTARY UNION . *Global Parliamentary Report – The changing nature of parliamentary representation*. Geneva, Inter-Parliamentary Union, 2012.

JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N. W. (Org). *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch Comunicación, 1993.

JOSHI, D.; ROSENFIELD, E. MP Transparency, Communication Links and Social Media: a comparative assessment of 184 Parliamentary Websites. *The Journal of Legislative Studies*, v.19, nº4, p.526-545, DOI: 10.1080/13572334.2013.811940.

KARLSSON, M. Representation as interactive communication. *Information, Communication and Society*, v. 16, n.8, p.1201-1220, 2013.

KEANE, J. *A Sociedade Civil*. Lisboa: Editora Temas e Debates, 1998.

KRITSCH, R. Esfera pública e sociedade civil na teoria política habermasiana: considerações histórico-conceituais introdutórias. *Revista Brasileira de Ciência*

*Política*. Brasília, v. 1, n.3, 2010. Disponível em: [http://rbcp.unb.br/artigo\\_html.php?id=44](http://rbcp.unb.br/artigo_html.php?id=44). Consultado em 22/03/12.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. *Lua Nova*. São Paulo, nº 67, 2006, p. 49-103.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. Studying the relationship between Parliament and citizens. *The Journal of Legislative Studies*, v.18, n.3-4, Sep-Dec., 2012, p.265-274.

LIJPHART, A. Democracy in the 21st century: can we be optimistic? *European Review*, v. 9, n. 2, p. 169-184, 2001.

LOPES, D. M. N. N. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opinião Publica*, Campinas, v. 10, n. 1, 2004, p.162-187.

MACHADO, J. R.; TIJIBOY, A. V. Redes sociais virtuais: um espaço para a efetivação da aprendizagem cooperativa. *Novas Tecnologias na Educação*, v.3, n.1, maio, 2005, sem paginação.

MALAVAZI, A. *Manual de redação*: Secretaria de Comunicação Social. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PÉREZ-LIÑÁN, A. Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. Rio de Janeiro, *DADOS*, vol. 44, nº 4, pp. 645-687, 2001.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.10, n.29, out.1995, p.5-34.

\_\_\_\_\_. A democracia do público reconsiderada. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n.97, p. 115-127, 2013.

MOISÉS, J. A. *A Avaliação das Instituições Democráticas e a Qualidade da Democracia no Brasil*. In: 20º Congresso Mundial da IPSA. Fukuoka, 2006.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS , J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, n. 65, p. 1-10, 2005.

MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática, 1995.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 25, nov. 2005 P.11-23.

MIGUEL, Luis Felipe. “Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia”. *Comunicação & Política*, v. 22, n. 3, 2004. P.129-147.

MOLINA, J. E.; LEVINE, D. La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada. In Calidad de la democracia, Salamanca, *Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy*, n° 45, abril, pp. 17-46, 2007.

MOISÉS, J.A. *Democracia e desconfiança de instituições democráticas*. Edição do autor, 2009.

NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic government*. USA: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *Digital Divide? Civic Engagement, Information Poverty and the Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *Democratic Deficit – Critical Citizens Revisited*. Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, P. *A virtuous circle: Political communications in postindustrial societies*. New York: Cambridge University Press, 2000.

PORTO, M. A crise de confiança política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

POWER, T. J.; JAMINSON, G. D. Desconfiança política na América Latina. *Opin. Publica*, Campinas , v. 11, n. 1, Mar. 2005, p.64-93.

PUHLE, H. J. *Democratic Consolidation and “Defective Democracies”*.In: Conferencia Impartida en la UAM, 2005. Disponível em [http://www.uam.es/centros/derecho/politica/investigacio/papers/47\\_2005.pdf](http://www.uam.es/centros/derecho/politica/investigacio/papers/47_2005.pdf). Acesso em 25 mar 2009.

RENAULT, L. *Comunicação e política nos canais de comunicação do Poder Legislativo no Brasil*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2004.

RIBEIRO, G. L. *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília: EdUnB, 2000.

RIBEIRO, G. W. *A educação legislativa é uma resposta à crise do parlamento?* Elegis, n.06, p.96 – 103, 1º semestre de 2011. RODRIGUES, M. R. *Imprensa e Congresso: como a mídia pauta a política.* Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

RIBEIRO, Ednaldo E. A. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, 2011, p. 167-182.

SÁEZ, M. A. e MONTERO, M. G. ? Parlamentos abiertos? Análisis comparado de la probidad y transparencia parlamentaria en América Latina. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nota Técnica. Abril, 2013. Disponível em:  
<http://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/5915/IFD-ICS%20NT%20Parlamentos%20abiertos.pdf?sequence=1> Consultado em 05 de abril de 2014.

SILVA, S. P. et al. Publicidade, accountability e participação nos parlamentos online da América Latina: estudo sobre seis países. In: *I Seminário Nacional de Sociologia e Política*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009.

STANLEY, J.W.; WEARE, C. The effects of internet use and political participation: evidence from an agency online discussion forum. *Administration & Society*, v.36, n.5. Nov. 2004. P.503-527.

STOKER, G. Why politics matters: making democracy work. *Palgrave Macmillan*, Basingstoke, 2006.

SANT'ANNA, F. *Mídia das fontes:* o difusor do jornalismo corporativo. Brasília: Casa das Musas, 2008.

SANTANA DE FREITAS, L. C. *A midiatização do parlamento:* a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar do Senado brasileiro. Brasília: Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília, 2004. (Dissertação de Mestrado).

SARTORI, G. *A Teoria da democracia revisitada.* São Paulo: Ática, 1994.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Neutralidade de valor e a ética da responsabilidade. In: COELHO, Maria Francisca P. et al (Org). *Política, ciência e cultura em Max Weber.* Brasília: EdUnB, 2000a, p.55-109.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro.* 3a. edição revista e ampliada. São Paulo: Campus, 1988.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais.* São Paulo: EdUSP, 1971.

SOUZA, J. A singularidade ocidental como aprendizado reflexivo: Jürgen Habermas e o conceito de esfera pública. In: SOUZA, J. *A modernização seletiva*. Brasília: Editora da UnB, 2000a, p.59-94.

TILLY, C. *Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2008.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TUCHMAN, G. Métodos cualitativos en el estudio de las noticias. In: JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N. W. (Org). *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch Comunicación, 1993.

TOURAINÉ, Alain. 1996. O que é a democracia. Rio de Janeiro: Vozes.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Lua Nova - O futuro da representação*. São Paulo, n. 67, 2006, p. 191-228.

URBINATI, Nadia. Da democracia dos partidos ao plebiscito da audience. *Lua Nova*, São Paulo, n.89, 2013, p.85-105.

WARD, S.; LUSOLI, W. ‘From weird to wired’: MPs, the Internet and representative politics in UK. *The Journal of Legislative Studies*, v.11, n.1, Spring 2005. P.57-81.

WARD, S.; LUSOLI, W.; GIBSON, R. “Australian MPs and the Internet: Avoiding the Digital Age?” *The Australian Journal of Public Administration*, v.66, n.2, pp.210-222, 2007.

WORLD E-PARLIAMENT REPORT. Global Centre for ICT in Parliament, United Nations, Inter-Parliamentary Union, 2012.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*, Brasília: EdUnb, 1999. Comunidades políticas: natureza e conformidade à lei (legitimidade) das associações políticas, p.155-186.

Weber, Maria H. Na comunicação pública, a captura do voto. *Logos*, UERJ, v.14, n.27, 2.sem.2007.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. 4.ed., Lisboa: Editorial Presença, 1995.

ZEMOR, P. *La Communication Publique. Que sais-je?* Paris: PUF, 1995.